

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.337 - PE (2015/0068690-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : CAIXA SEGURADORA S/A  
**ADVOGADOS** : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357  
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS E OUTRO(S) -  
PE028240  
MARIANA RODOVALHO BUARQUE DE GUSMÃO - PE033466  
**RECORRIDO** : SEVERINO JOSE SERAPIAO  
**RECORRIDO** : ENILDA MACEDO SERAPIAO  
**ADVOGADO** : ARNAUD MAIA DOS SANTOS JUNIOR - PE018361  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRO(S) -  
PE011022  
MARCELA PORTELA NUNES BRAGA E OUTRO(S) - DF029929

**DESPACHO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO MUTUÁRIO. COBERTURA SECURITÁRIA ASSEGURADA ÀS PARCELAS VINCENDAS. PRESCRIÇÃO DA DÍVIDA ANTERIOR À LIQUIDAÇÃO DO CONTRATO COM A UTILIZAÇÃO DA COBERTURA SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DA CEF. RECURSO DA CAIXA SEGURADORA PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSOS DA PARTE DEMANDANTE E DA CEF PREJUDICADOS.

1. A sentença recorrida assegurou o direito à cobertura securitária a partir da data da aposentadoria por invalidez do mutuário, assim como o direito à revisão do contrato de financiamento do imóvel.
2. A cobertura securitária assegura o direito à quitação do contrato de mútuo, a partir da data da aposentadoria por invalidez do mutuário, ocorrida em 06.09.2000, liberando o mutuário da responsabilidade pelo pagamento das parcelas vincendas a partir da referida data.
3. A negativa da cobertura securitária ocorreu em 16.02.2001, tendo sido a presente ação ajuizada em 23.07.07, e, ainda, tendo sido concedida a cobertura securitária a partir de 06.09.2000 (data da aposentadoria por invalidez), logo, não decorreu o prazo prescricional decenal, previsto no Código Civil de 2002.
4. No que concerne à cobrança da dívida do período anterior ao da cobertura securitária, de 1996 a 2000, deve incidir o disposto no art.

206, § 5º, I, ou seja, o prazo quinquenal.

5. Desta feita, considerando-se o período da referida dívida (1996 a 2000) e, ainda, o fato de até a presente data não ter sido demonstrado o ajuizamento de ação própria para obtenção do crédito no referido prazo quinquenal, considero prescrito o direito da CEF ao referido crédito, devendo a sentença ser revista nesta parte.

6. Ressalte-se, ainda, a impossibilidade da execução extrajudicial, prevista no Decreto-lei nº 70/66 após a liquidação do contrato com a utilização da cobertura securitária.

7. "A Caixa Econômica Federal, operadora dos contratos do SFH, é a entidade responsável pela cobrança e atualização dos prêmios do seguro habitacional, bem como seu repasse à seguradora, com quem mantém vínculo obrigacional. Assim, tratando-se de questão que envolve a utilização da cobertura securitária para fim de quitação do mútuo, a CEF, na qualidade de parte na relação contratual e mandatária do mutuário, detém legitimidade 'ad causam' para responder sobre todas as questões pertinentes ao contrato, inclusive as relativas ao seguro." (REsp 590215/SC, Rel. Min. CASTRO FILHO, Rel. p/ acórdão Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 03.02.2009 8. Recursos da CEF e da parte demandante prejudicados; recurso da CAIXA SEGURADORA S/A parcialmente provido para, reconhecendo a legitimidade passiva apenas da CEF, reformar a sentença dos embargos de declaração de fls. 579/581, e, por fim, reconhecer a prescrição da dívida referente ao período de inadimplência do mutuário (1996 a 2000), tendo em vista o disposto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil.

Anoto que esta Corte possui entendimento no sentido de que, presente cláusula contratual de comprometimento do FCVS, caso destes autos, a competência para julgamento do recurso é da Primeira Seção. Confira-se:

PROCESSO CIVIL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. POSSÍVEL COMPROMETIMENTO DO FCVS. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. PEDIDO DE INTERVENÇÃO DA CEF. JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 150/STF.

(...)

2. Nos processos em que possa haver comprometimento dos recursos

# *Superior Tribunal de Justiça*

do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, a competência para julgamento é das Turmas integrantes da Primeira Seção. Precedentes: CC 121.499/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, julgado em 23/4/2012, DJe 10/5/2012; CC 36.647/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, DJ 22/3/2004, p. 186; CC 132.728/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 26/11/2014, DJe 19/12/2014; AgRg no CC 132.745/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 11/3/2015, DJe 27/3/2015.

(...)

(REsp 1607242/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 11/10/2016)

Em face do exposto, redistribuam-se os presentes autos a um dos Ministros que compõem a Primeira Seção desta Corte.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora